



CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD CNPJ: 19.212.117/0001-67

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Reais)					
Ativo	Nota explicativa	2021		2020	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	214.559	808.462		
Recursos vinculados a projetos e convênios	4	1.062.680	1.291.091		
Créditos a receber	5	3.314	3.264		
		1.280.553	2.102.817		
Não circulante					
Imobilizado	6	806.626	1.055.555		
		806.626	1.055.555		
Total do ativo		2.087.179	3.158.372		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais)

Receitas operacionais	Nota explicativa	2021		2020	
		2021	2020	2021	2020
Doações	-	1.214.743	925.078		
Repasses financeiros	14	2.215.075	4.603.092		
Prestação de serviços	-	2.042.565	1.577.954		
Resultado financeiro	-	(29.405)	22.996		
		5.442.978	7.129.120		
Despesas operacionais					
Despesas com investimentos e manutenção de projetos sociais	15	(5.353.333)	(5.322.980)		
Despesas gerais/apoio administrativo	-	(1.008.056)	(1.938.073)		
		(6.361.389)	(7.261.053)		
Déficit do exercício		(918.411)	(131.933)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais)

Déficit do exercício	Nota explicativa	2021		2020	
		2021	2020	2021	2020
		(918.411)	(131.933)		
Resultado abrangente total do exercício		(918.411)	(131.933)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio social (Valores expressos em Reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2019	Patrimônio social	Superávit/(Déficit) acumulado	Total
1.073.355	452.134	1.525.489	
Incorporação do superávit de 2019	452.134	(452.134)	-
Déficit do exercício	(131.933)	(131.933)	(131.933)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.525.489	(131.933)	1.393.556
Incorporação do déficit de 2020	(131.933)	131.933	-
Déficit do exercício	(918.411)	(918.411)	(918.411)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.393.556	(918.411)	475.145

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: O Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1984, em Belo Horizonte/MG, com a seguinte missão: promover educação popular e o desenvolvimento comunitário a partir da cultura, tomada como matéria-prima de ação institucional e pedagógica. A Entidade é reconhecida como de utilidade pública municipal, estadual e federal. Possui o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, do CNAS e registro de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social. A Entidade, em conformidade com o seu Estatuto Social, não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de seu superávit a título de lucro ou participação em resultados, aplicando integralmente os seus recursos no País, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos, refletidos, devidamente, em seus demonstrativos contábeis. O CPCD se dedica à implementação e realização de projetos inovadores, programas integrados e plataformas de transformação social e desenvolvimento sustentável, destinados, preferencialmente, às comunidades e cidades brasileiras com menos de 50 mil habitantes onde vivem mais de 95% da população brasileira. Dentre seus projetos sociais podemos destacar: Projeto Ser Criança, Projeto Fábriques, Projeto Paralelos Saudáveis, Projeto Barra Longa: Presente do Futuro Saudável, Projeto Júpiter, Projeto Quintas Saudáveis, Projeto de Apoio Pedagógico, Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico de Igarapé, São Joaquim de Bicas e Brumadinho, dentre outros. **Impactos da COVID 19 (Corona vírus) nos negócios da Entidade:** Diante da pandemia da COVID-19 (com suas variantes), a Administração da Entidade vem monitorando de forma contínua e diária a evolução da situação e toma decisões rápidas diante dos novos desafios que se apresentam. As operações da Entidade seguem em ritmo normal, apoiadas por protocolos de saúde e segurança e as operações estimadas não sofreram grandes impactos devido à continuidade da pandemia. Por fim, a Administração está em constante discussão, buscando antecipar eventuais medidas necessárias frente a situações e alterações que podem ocorrer. Até o momento, não apuramos impactos materiais que poderia modificar as posições do balanço patrimonial e dos resultados operacionais da Entidade em 31 de dezembro de 2021. **Aprovação da emissão das demonstrações contábeis:** A Administração do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) aprovou a emissão das demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas em 28 de abril de 2022. **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, mais especificamente as Normas Brasileiras de Contabilidade - ITG 2002 (R1), especifica para Entidades sem Finalidade de Lucro, combinadas com a NBC TG 1000 (CPC PME) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.1. Sumário e descrição das principais práticas contábeis:** a) Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Entidade. b) Uso de estimativas e julgamentos - A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são: (a) vida útil estimada do imobilizado; (b) provisão para riscos e processos judiciais. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez. **2.3. Créditos a receber:** Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). Uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **2.4. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A Entidade inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando provável que este custo proporcionará a recuperação econômica. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. **2.5. Redução ao valor recuperável (impairment):** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens de ativo imobilizado que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. **2.6. Doações e subvenções:** As doações locais e as subvenções são

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição financeira	Modalidade	Taxa média (a.a.)	2021	2020
Banco do Brasil	Folha de pagamento	3,75%	49.580	49.580
Banco Santander	Folha de pagamento	3,75%	24.987	27.310
			74.567	76.890
Circulante			28.432	30.756
Não circulante			46.135	46.134
			74.567	76.890

Os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2021 não possuem cláusulas restritivas de manutenção de indicadores econômico-financeiros (covenants) e tampouco não financeiras. Os valores utilizados para pagamento da folha de pagamento dos funcionários da Entidade. Os empréstimos foram contratados em 30 (trinta) parcelas, com início dos pagamentos do principal em 2022. **8. FORNECEDORES:** As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Entidade. Em 31 de dezembro os saldos estão demonstrados assim:

Fornecedores de serviços	2021	2020
Fornecedores de materiais	18.166	19.456
	39.629	3.091
	57.795	22.547

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS: As obrigações sociais e trabalhistas em 31 de dezembro estão demonstradas assim:

Salários e ordenados a pagar	2021	2020
Provisão de férias e encargos	20.372	15.157
INSS a Recolher	198.162	246.322
FGTS a Recolher	8.558	18.338
PIS a Recolher	169.622	61.963
IRRF a Recolher	3.867	1.732
Outras obrigações	16.411	10.976
	416.992	373.482

10. GRATUIDADES E SUBVENÇÕES: A Entidade recebe gratuidades e subvenções relacionadas à isenção tributária, trabalhos voluntários e benefícios financeiros na prestação de serviços e fornecimento de produtos.

A Entidade mantém registrado em contas próprias as suas obrigações com os impostos e as contribuições retidas na fonte dos terceiros e os incidentes para os seus respectivos recolhimentos. A Entidade protocolou o requerimento de renovação da certificação de Entidade beneficiária de assistência social em 22 de maio 2018 (Protocolo nº 7100025491/2018-87). Em 2021 o processo de renovação foi indeferido e a CPCD entrou com um novo recurso de renovação. Devido a pandemia mundial do Corona Virus (COVID-19), enfrentada em todo mundo, mudanças de políticas e estratégias do Governo e mudanças das rotinas das secretarias, a Entidade foi orientada a reunir a documentação completa e necessária para a realização de um novo pedido do CEBAS junto ao Ministério responsável pela certificação, o Ministério da Cidadania, desta vez comprovando de forma mais clara e precisa que a Entidade reúne todos os requisitos (gratuidade nas ofertas, continuidade nas ofertas e planejamento nas ofertas) para gozar das isenções tributárias propiciadas pela certificação junto ao Ministério da Cidadania. **TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL):** Em atendimento a ITG 2002 R1 - entidade sem finalidade de lucro, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, a Entidade apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada no exercício de 2021 e 2020 caso as obrigações fossem devidas. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas: ISS (5% sobre o montante das Receitas operacionais) R\$102.128 em 2021 e R\$ 78.898 em 2020; PIS/COFINS (3,65% incidentes sobre a Receita Bruta e Receita Financeira, diminuídos do PIS sobre folha de pagamento apropriado) R\$ 141.745 em 2021 e R\$ 232.792 em 2020; IRPJ e CSLL (34% incidentes sobre o resultado do exercício), em 2021 e 2020 a Entidade apresentou déficits de R\$ 918.411 e 131.933 respectivamente. Ressaltamos que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. **11. PASSIVOS CONTINGENTES:** A Entidade possui ações judiciais em andamento, oriundas do curso normal de suas atividades, existindo certos processos em andamento e riscos associados. Conforme determina o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e tendo como suporte a opinião dos assessores jurídicos da Entidade, não há necessidade de constituir provisões para perdas ou de outras divulgações, uma vez que não há processos de natureza passiva com expectativa de perdas prováveis em 31 de dezembro de 2021. Os processos de natureza passiva com expectativa de perda provável são de R\$ 139.600 (cento e trinta e nove mil e seiscentos reais), em 31 de dezembro de 2021. **12. PARTES RELACIONADAS:** A Entidade não possui partes relacionadas e os membros Diretoria Executiva da Entidade não são remunerados, conforme determina a Lei nº 12.101/09. **13. PATRIMÔNIO SOCIAL:** O Patrimônio social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.393.556 (R\$ 1.525.489 em 31 de dezembro de 2020). Todos os resultados obtidos pelas operações da Entidade são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários. Em nenhuma hipótese os resultados são distribuídos por se tratar de entidade sem fins lucrativos. **14. REPASSES FINANCEIROS:** A Entidade recebeu repasses de convênios firmados com empresas e órgãos públicos, durante o exercício, registrados em contas de receita da seguinte forma:

	2021	2020
CASA SAUDÁVEL	597.108	978.873
BARRA LONGA	121.124	421.207
VIVA VIDA	345.792	768.081
VALE DO RIO DOCE	-	831.458
ITAU	650.000	693.389
AVINA	-	123.874
Outros	501.051	786.210
	2.215.075	4.603.092

15. DESPESAS COM INVESTIMENTOS E MANUTENÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS: As despesas da Entidade com investimentos e manutenção de projetos sociais, podem ser demonstradas assim:

	2021	2020
Casa saudável	(817.744)	(1.082.215)
Arari - Estação conhecimento	(632.851)	(939.066)
Fundo Municipal Arcaqui	-	(6.000)
Casa saudável Itapecuri	-444.764	-
Raposos	(2.735)	(34.274)
Comunidades saudáveis	(390.504)	(616.564)
Dedo de gente	(562.480)	(599.072)
Ser criança	(187.840)	(195.419)
Sitio maravilhã	(65.791)	(93.375)
Arasempre	(378.746)	(299.185)
Casa Saudável Anajatuba	(33.316)	-
Quintais Remova	(168.440)	-
Itaú Fomento	(70.637)	(207.736)
Barra Longa - Presente futuro saudável	(426.829)	(501.135)
Vale água vale vida	(168.488)	(234.016)
Brazil Foundation	(476.700)	-
Projeto Mariana	(56.757)	-
Natura Cosméticos	(96.000)	(57.500)
Projeto Júpiter	(197.307)	(399.694)
Raposos Sustentável	(15.569)	(19.723)
Fec Fanal Sempre	(84)	(38.000)
Secretaria de Estado de Cultura	(54.164)	(6)
Casa Saudável Arari	(103.146)	-
Outros	(2.441)	-
	(5.353.333)	(5.322.980)

16. SEGUROS (NÃO AUDITADO): A Entidade mantém política de monitoramento dos riscos inerentes a suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **17. TRABALH VOLUNTÁRIO:** Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro aprovada pela Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade a qual interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Entidade. O registro

	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Telefones	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	139.870	565.659	34.856	402
Aquisição	15.044	56.349	8.931	3.714
Depreciação	(36.630)	(24.773)	(15.654)	(221)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	203.715	130.141	28.133	3.895
Custo total	203.715	353.904	1.165.303	13.267
Depreciação acumulada	(507.214)	(223.763)	(702.581)	(281.003)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	203.715	130.141	28.133	3.894
Aquisição	-	13.172	8.502	21.674
Baixa	(36.093)	(23.986)	(159.500)	(199.579)
Depreciação	(203.715)	(204.029)	(106.155)	(513.909)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	203.715	106.155	25.710	3.713
Custo total	203.715	747.336	1.005.803	13.267
Depreciação acumulada	(543.307)	(247.749)	(742.499)	(9.524)
Saldo contábil	203.715	106.155	25.710	3.713

dos montantes foi contabilizado nas rubricas de serviços voluntários (receita) e administrativa (despesa) e não altera o resultado do período. A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi feita nas informações divulgadas por meio de remuneração dos administradores divulgadas pelo mercado de trabalho. **Mensuração do trabalho voluntário**

Cargo	Referência	Salário (220/H mês)	HorasTotal do Período	Valor Total
Integrante da Administração	12.595,70	57,25	40	2.290,13
Integrante da Administração	12.595,70	57,25	12	687,04

Cargo	Referência	Salário (220/H mês)	HorasTotal do Período	Valor Total
Integrante da Administração	12.595,70	57,25	40	2.290,13
Integrante da Administração	12.595,70	57,25	12	687,04

18. EVENTOS SUBSEQUENTES: De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico nº CPC 24, não houve outros eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

Sebastião Rocha - Diretor Presidente
Carlos José Rodrigues Contabilidade - CRC/MG 02318
Carlos José Rodrigues - CRC/MG 070047/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Aos Administradores e quotistas do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) - Curvelo - MG - Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 R1 - Entidades sem finalidade de lucro).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ênfase: Renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS):** Conforme Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, a Entidade protocolou o requerimento de renovação do CEBAS - Certificação de Entidade beneficiária de assistência social em 22 de maio 2018 (Protocolo nº 7100025491/2018-87). Em 2021 o processo de renovação foi indeferido e devido a pandemia mundial do Corona Virus (COVID-19), enfrentada em todo mundo, mudanças de políticas e estratégias do Governo e mudanças das rotinas do Ministério da Cidadania, a Entidade foi orientada pelos seus assessores jurídicos a entrar com um novo recurso, reunir e revisar a documentação requerida para realizar novo pedido de renovação do CEBAS e, consequentemente, obter a manutenção da isenção de contribuições para a seguridade social. A Administração da Entidade, com base em medidas administrativas vem recorrendo desta decisão de indeferimento da renovação do CEBAS, cujo sucesso depende do desfecho destas ações. As presentes demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relacionados ao indeferimento da renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 - (R1) - Entidades sem finalidade de Lucro) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/EAA8-36AD-AADE-8A28> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EAA8-36AD-AADE-8A28



Hash do Documento

jDZv0tSP/u4hrmYWB2ifjSgmS7NT++Mn0HqiUuXUoOc=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 29/04/2022 23:49 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

